

## Ata de Reunião

1  
2 Ao décimo primeiro dia de junho de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se no Departamento de  
3 Estrada e Rodagem, Conselheiros da Sociedade Civil: Tatiane Iovanovitchi/Ciganos/Titular; Nardi  
4 Casanova/Ciganos/Suplente; Suely dos Santos/Cipozeira/Titular; Laysmara Edoardo/Povos de  
5 Terreiro/Titular; Silvana Quintilhano/Povos de Terreiro/Titular; Dimas  
6 Gusso/Faxinalenses/Suplente; Laura Lima/Quilombolas/Suplente; Rosemary da  
7 Silva/Quilombolas/Suplente; Misael Nobre/Ilhéus/Titular; José Ribeiro/Ilhéus/Titular; Cláudio  
8 Correa/Pescadores Artesanais/Titular; Conselheiros Governamentais: Isabel da Silva/SETI; Josil  
9 Baptista/SEIL; Felipe Kamaroski/SEMIPI; Cláudio Amaral/SETR; Rosane Freitas/SESA; Sandra  
10 da Silva/SEED; Ellen Nascimento/SEEC; Aloísio do Nascimento/SEDEST; Gustavo Mussi/Ccivil.  
11 Convidados/Ouvintes: Taíse Passos/COPCT/SEMIPI; Ivânia Ramos/DIRPICT/SEMIPI; Josi  
12 Carvalho/IAT; Margit Hauer/IAT; Carolina Miranda/Minc/SDAS; Márcia  
13 Kulcheski/COPCT/SEMIPI; Ana Olimpia Machado/COPCT/SEMIPI; Celso Ricardo  
14 Tomaz/DIRPICT/SEMIPI; Thabata Pavilak/DIRPICT/SEMIPI; Cláudia Barthelemy/SEMIPI;  
15 Edson Pizati/IBCN; Ge Figueiredo/COPCT/SEMIPI. Secretária Executiva: Hayanne Iovanovitchi.  
16 Presidente: Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro Após conferido o quórum, a Presidente do  
17 Conselho inicia a reunião. **Laysmara/Presidente**: dá as boas vindas, menciona que foi solicitada a  
18 inversão das pautas, iniciando pela **Pauta 7- Apresentação do Ministério da Cultura**:  
19 **Carolina/MINC**: saúda a plenária e se apresenta, faz parte da equipe do Ministério da Cultura na  
20 Secretaria de Direitos autorais. Inicia a apresentação sobre o Marco Regulatório de proteção das  
21 Expressões Culturais, Tradicionais, Conhecimentos Tradicionais e Culturas Populares. Menciona  
22 que é responsável pelos diálogos internacionais relacionados a proteção dos direitos autorais dos  
23 povos e comunidades tradicionais. Fala sobre a dificuldade de se atender as especificidades das  
24 comunidades tradicionais dentro da lei existente no Brasil, pois ela trata de pessoas físicas e obras  
25 como livros, filmes, música, além disso tem prazo para ser encerrado. O que não é o caso dos povos  
26 e comunidades tradicionais que tem um uso coletivo da cultura e é passado de geração em geração.  
27 Em 2023 (dois mil e vinte e três) foi criado um grupo de trabalho reunindo diversos  
28 órgãos/entidades para a discussão e proposição da minuta da Lei relacionada aos direitos autorais,  
29 relata que existe muita dificuldade nos diálogos internacionais, que por vezes se manifestam contra  
30 a Lei. Relata que dialogou com diversos ministérios e que a ideia é que nesse momento o projeto de

31 lei seja aberto para proposições considerações. A principal ideia da lei, é proteger contra o acesso,  
32 uso e exploração por terceiros de características e propriedades culturais e tradicionais sejam  
33 exploradas sem o consentimento livre, prévio e informado. A lei pretende regulamentar que seja  
34 feito o contato com as comunidades que detém determinada cultura/tradição/uso para que elas  
35 sejam beneficiadas pelo uso de suas culturas. O projeto prevê proteções ao secreto e sagrado, sendo  
36 a primeira vez que tais termos entram em uma lei brasileira, e a criação de um sistema de cadastro  
37 que ainda está por definir se será público ou sigiloso. Também está incluso na minuta o registro por  
38 imagens e com a possibilidade que seja sigiloso, além disso de garantir uma fiscalização nos  
39 contratos entre as comunidades e empresas privadas para evitar práticas abusivas. Ainda pontua que  
40 no projeto há um fundo previsto para as atividades do marco e o mesmo vai entrar no orçamento do  
41 MINC. Explica a intenção da apresentação de divulgar as consultas que irão ser realizadas por  
42 região. A plenária debate a questão da menção a cada segmento nas legislações, entre outros. É  
43 mencionado que quando menciona Povos e Comunidades Tradicionais é incluído todos os  
44 segmentos de povos e comunidades tradicionais. **Carolina/MINC:** explica que conforme a  
45 legislação, é necessário mencionar Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais. As  
46 consultas da Região Sul serão realizadas no dia 18/06 (dezoito de junho) para os Povos Indígenas e  
47 no dia 19/06 (dezenove de junho) para Povos e Comunidades Tradicionais. **Margit/IAT** menciona  
48 que existe uma portaria sobre consulta que pode ser disponibilizada para o MINC.  
49 **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita que Carolina sempre mencione Povos e Comunidades  
50 Tradicionais, pois na apresentação é sempre citado somente os Quilombolas e Povos Indígenas.  
51 **Carolina/MINC:** diz que foi um erro de fala, mas que as consultas são para todos os PCT's. Relata  
52 que a consulta dos indígenas será coordenada pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e dos  
53 outros segmentos pelo MINC. Diz que a ideia é reunir ao máximo 100 pessoas por consulta, ressalta  
54 a importância da presença das lideranças e “fazedores” de cultura das comunidades. Diz que vai  
55 disponibilizar o texto da lei para análise e contribuições. **Felipe/SEMPI:** pergunta o que difere o  
56 tombamento e demais titulações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)  
57 da proposta de lei. **Carolina/MINC:** diz que o tombamento do IPHAN se iguala a um “selo de  
58 qualidade”, e que é uma forma de reconhecimento, porém não interfere e nem protege em nada. A  
59 Lei cria um sistema de contrato privado relacionado aos direitos autorais. **Gustavo Mussi/Ccivil:**  
60 diz que entende que a etnofarmacologia deve ser tratada, pois é uma das questões mais  
61 problemáticas. **Carolina/MINC:** responde que a questão genética esta inclusa em outra legislação.  
62 **Gustavo Mussi/Ccivil:** pergunta sobre a construção do mapa de redistribuição de benefícios, pois o  
63 conhecimento tradicional é plural e compartilhado entre muitas comunidades. **Carolina/MINC:** O

64 fundo foi previsto justamente para atender a essas demandas e os próprios povos podem manifestar  
65 suas necessidades de repartição dos conhecimentos. **Gustavo Mussi/Ccivil:** traz um terceiro ponto,  
66 sobre o processo da consulta, pois no processo há um rito, um protocolo de consulta, reuniões com  
67 lideranças e as comunidades que consiga obedecer uma horizontalidade. Como serão envolvidas  
68 centenas, até milhares de comunidades, enxerga esse processo até como intransponível para que  
69 atenda aos parâmetros da CPLI. **Carolina/MINC:** explica que o objetivo principal da consulta é  
70 informar as comunidades a respeito desse direito para que elas possam acessar tal recurso. Pois se  
71 não souberem que essa lei, esse direito está sendo pleiteado não vai adiantar de nada.  
72 **Laysmara/Povos de Terreiro:** apresenta algumas preocupações, pois aparentemente tem um tom  
73 comercial, e que parece não ser uma proteção e sim uma forma de regulamentar a comercialização e  
74 que isso traz preocupação, porque parece uma autorização para transformar em produto do que uma  
75 legitimação das práticas culturais. É relatado que o registro é facultativo, mas que está confuso os  
76 objetivos do projeto da Lei. Relata ainda preocupação em relação a praticas sigilosas, citando que  
77 no contexto de sua comunidade há questões que um iniciado demora sete anos para acessar e como  
78 será o processo de registro de algo assim? Além disso se houver um contrato com uma empresa  
79 esses benefícios serão repartidos entre todos os terreiros do Brasil? Aponta que há muitas brechas e  
80 problemáticas no que foi apresentado, o que coloca as comunidades em risco de serem  
81 “desbravadas” e “exploradas” de modo muito parecido com os tempos da colonização.  
82 **Carolina/MINC:** argumenta que já existe hoje o uso e exploração indevidas de bens culturais das  
83 comunidades. Menciona que sim, a lei é comercial, mas ela tem dois pontos, ela traz a proteção  
84 porém a partir da reivindicação das comunidades foi solicitada a inclusão da parte comercial mas  
85 com a possibilidade das comunidades recusarem o uso de suas culturas, obrigando ter o  
86 consentimento das comunidades. Relata que o cadastro também foi uma solicitação das  
87 comunidades, justamente pelo risco de estarem muito dispersos e se perderem. **Ivânia/SEMIPI:** se  
88 apresenta como diretora da DIRPICT, diz que a questão dessa legislação é complexa, e fala sobre o  
89 mapeamento dessas comunidades, que irão se levantar grupos dizendo que são comunidades, e que  
90 não visualiza a aplicabilidade da lei, que é algo que pode ser discutido no próprio conselho, mas é  
91 necessário analisar os critérios, questiona como será feita a fiscalização, vai surgir a necessidade de  
92 formação das comunidades, inclusive para questões que envolvem empreendimento. Menciona que  
93 é necessário discutir e ressaltar as especificidades do Paraná e o conselho precisa discutir e debater  
94 no estado primeiro para que possa ser planejado a aplicabilidade dessa Lei e o órgão fiscalizador,  
95 assim como a estruturação do mesmo. **Carolina/MINC:** diz que a intenção é essa, de abrir a  
96 discussão para as comunidades e garantir a valorização. **Silvana/Povos de Terreiro:** diz que se

97 preocupa porque as culturas passaram por diversas transformações, e a questão da transculturação é  
98 um problema que vai surgir, pois as culturas se misturaram. Talvez isso traga contradições dentro  
99 das próprias comunidades, porque alguns vão querer compartilhar coisas que os outros não vão,  
100 principalmente relacionado as questões sagradas. Transformar algumas coisas em propriedade de  
101 uma comunidade única vai causar um problema. **Gustavo Mussi/Ccivil:** diz que se o conselho  
102 julgar que precisa aprofundar, pode chamar uma reunião própria pra discutir isso.  
103 **Encaminhamento: convocar reunião extraordinária para tratar de forma mais atenciosa e**  
104 **dispender mais tempo sobre o tema, entrar em contato com Carolina para verificar**  
105 **disponibilidade. Ricardo/SEMIPI:** aponta ser necessário discutir a distribuição financeira da  
106 proposta da lei, para que seja possível distribuir de maneira menos desigual. **Carolina/MINC:** diz  
107 que não sabe como vai ser construído o Fundo, que é necessário discutir em um próximo momento.  
108 **Felipe/SEMIPI:** menciona que existe um caso dos Katukina, uma etnia indígena em que faziam o  
109 uso de uma secreção de um sapo, que com o tempo passou a ser comercializada, e a comunidade foi  
110 expulsa da região por conta da questão, e que visualiza a regulação de processo a partir dessa lei é  
111 importante. **Josil/SEIL:** diz que talvez seria importante fazer o processo inverso, iniciar pelos casos  
112 que já passam por essa questão. **Carolina/MINC:** diz que a intenção da consulta é essa. Pauta  
113 encerrada. **Pauta - Leitura e aprovação de pauta: Gustavo Mussi/Ccivil:** solicita a inclusão da  
114 apresentação do programa Paraná produtivo, SEAP. **Misael/Ilhéus:** solicita a inclusão da pauta da  
115 portaria 241. **Margite/IAT:** solicita a alteração da ordem da pauta, pois veio apenas discutir seu  
116 ponto e está de férias. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita que primeiro seja feita a aprovação  
117 dos pontos de pauta, para depois a alteração de ordem, ainda solicita inclusão de algumas pautas:  
118 inversão de titular e suplente da sociedade civil (ciganos e faxinalenses); abertura do edital para  
119 substituição das Comunidades Tradicionais Negras; inclusão de PCT's nos conselhos municipais de  
120 Igualdade Racial; Mapeamento dos Ciganos; explicações da prefeitura de Cascavel a respeito da Lei  
121 7764/2025; CPLI do projeto de iates; solicitação dos nativos da Ilha do Mel e deliberação sobre o  
122 retorno das demandas do Conselho. **Pautas aprovadas.** Segue para aprovação da ata de abril. **Ata**  
123 **aprovada. Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** realiza os informes, diz que os retornos  
124 ela está encaminhando no grupo da diretoria executiva. Relata sobre o retorno da Fundação Cultural  
125 de Curitiba a respeito da publicação feita no Dia Internacional dos Povos Ciganos, a secretária lê a  
126 resposta. **Laysmara/Povos de Terreiro:** diz que essa resposta vai ser incluída no último ponto de  
127 pauta. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** Relata sobre o retorno da defensoria pública  
128 para a participação do CEPCT no grupo de trabalho sobre Povos de Terreiro. Relata sobre o retorno  
129 do CONSEPIR sobre a participação do CEPCT nas conferências municipais de igualdade racial, foi

130 compartilhada a listagem de municípios que vão realizar as conferências, porém, a maioria já foram  
131 realizadas. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita para deixar separado a resposta que vai ser  
132 discutido em ponto de pauta já incluído. **Misael/Ilhéus:** relata que na última reunião do Conselho  
133 Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, discutiram a questão da construção da minuta de um  
134 decreto par que o presidente assine a regularização fundiária de áreas da união e não tenha parque  
135 ou unidade de conservação, mas que tenha comunidade tradicional. Outra coisa é a construção do  
136 Plano Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, para tratar de desenvolvimento sustentável e  
137 outras coisas mais. Ainda, informa que o IBGE vai realizar um censo agropecuário de Povos e  
138 Comunidades Tradicionais, ele é um início para chegar no demográfico e a ideia é que a própria  
139 comunidade participe do levantamento, vai compartilhar com os conselheiros. **Laysmara/Povos de**  
140 **Terreiro:** faz informe sobre a discussão do regimento, feita pela sociedade civil. Vai fazer a  
141 atualização de sugestões do regimento interno para depois ser convocada reunião para a análise do  
142 documento final. **Felipe/SEMIPI:** questiona se vai ser lido em plenária e se vai ter a possibilidade  
143 de fazer alterações. **Laysmara/Povos de Terreiro:** diz que vai apresentar o documento com as  
144 últimas alterações sugeridas destacadas. Sobre a discussão da atuação da presidência da sociedade  
145 civil, foi definido que todos os convites que forem recebidos para participação do presidente, caso  
146 não seja possível a participação da presidente, a sociedade civil se organizará para indicação de  
147 representante que se interesse pela pauta, a plenária decide discutir em seguida, mas concordam que  
148 isso é previsto na competência da diretoria executiva. **Pauta - Portaria 241/IAT: Margit/IAT:**  
149 apresenta a minuta referente a regulamentação do uso e exploração de produtos florestais  
150 madeireiros. Estão desde 2021 (dois mil e vinte e um) pensando na aplicabilidade da lei, mas ela  
151 não teria mais funcionalidade por conta da lei estadual, aprovada ano passado, em função do  
152 decreto estadual, então todas as portarias que remetiam a licenciamento ambiental perderam a  
153 validade e estão atualizando todas por instruções normativas. O objetivo da apresentação é falar  
154 sobre a proposta de criação de uma carteira de identificação para os PCT's que são coletores.  
155 Apresenta o Art 3º “Conforme leis da Mata Atlântica e de Proteção da Vegetação Nativa, por ser  
156 considerada como atividade eventual de baixo impacto ambiental, desde que seguidas de medidas  
157 de conservação da espécie e de seus ambientes naturais, a coleta da PFNM é livre, dependendo de  
158 simples declaração, quando em APP.” e o Art 4º “A coleta de espécies como *Pfaffia paniculata*,  
159 *guaricana*, *cipó-preto* e *musgo* será livre desde que praticada por membros de comunidades  
160 tradicionais, devidamente identificados e cadastrados.” Sendo PFNM plantas, folhas, frutos, galhos  
161 e outras coletas não madeireiras. Fala que não se trata de espécies ameaçadas de extinção, mas as  
162 pessoas de fora da comunidade fazem uma exploração muito predatória. Informa que a portaria para

163 fazer o grupo de trabalho a respeito já saiu e estão iniciando os trabalhos. **Misael/Ilhéus:** sugere  
164 incluir a folha da cataia no Art. 4º. A partir da discussão da plenária sobre a necessidade de verificar  
165 a inclusão de novas espécies é feito a sugestão criar uma comissão temporária para discussão da  
166 Portaria 241/IAT. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita a inclusão do Misael na comissão do IAT  
167 sobre a construção da Portaria. **Felipe/SEMIPI:** questiona se foi realizada uma consulta em nível  
168 estadual sobre as inclusões das espécies e a discussão da proposta da portaria. **Margite/IAT:** diz que  
169 não, e que essa é a primeira vez que foi consultado um grupo, mas a ideia é ampliar. A plenária  
170 discute sobre a criação da câmara temporária. A plenária decide não criar a comissão e somente a  
171 indicação dos representantes para o GT do IAT. **Encaminhamento:** Misael fica responsável por  
172 fazer o repasse de informações e participar das discussões com IAT, e a Sec. Executiva deve  
173 encaminhar a minuta para os conselheiros. **Margite/IAT:** apresenta outra minuta que trata das  
174 pessoas que trabalham com erva-mate e plantio de lenha ou demais espécies para manejo, a  
175 proposta é usar o sinaflor em que o órgão ambiental coloca todos os dados aos agricultores, sendo  
176 possível a instalação de sistemas até quinze metros cúbicos sem necessidade de autorização. Não  
177 pode ter espécie ameaçada de extinção e dá uma segurança e facilidade para o agricultor.  
178 **Felipe/SEMIPI:** relata um caso ocorrido em 2016 (dois mil e dezesseis) em Superagui, os  
179 habitantes não estavam conseguindo fazer a coleta da caixeta para uso tradicional de construção de  
180 instrumento, o que influenciou na reprodução cultural do fandango na comunidade. Frisa a  
181 importância de que a normativa trate destes casos. **Misael/Ilhéus:** discorre sobre a necessidade de  
182 adequar a questão do (não entendi) social e construção de casas, pois, como no caso dos Ilhéus,  
183 foram expulsos nos anos 2000 e hoje já há uma regeneração, só que as pessoas foram expulsas e  
184 quando querem volta precisam poder abrir um espaço para uma casinha e um quintal para uma  
185 horta, galinheiro. **Margit/IAT:** fala que é possível verificar, mas precisam ainda discutir a como se  
186 encaixa a questão do tamanho. **Laysmara/Povos de Terreiro** solicita que as novas sugestões e  
187 dúvidas devem ser pontuadas, caso não tenha, fica encaminhado o compartilhamento dos  
188 documentos. **Pauta 6 - relato das comissões: Comissão de Território – Laysmara/Povos de**  
189 **Terreiro** faz o relato da comissão de território, primeiro protocolo: sobre o ofício 48/2025, acerca  
190 da exigência de licença ambiental à prefeitura de Curitiba para ritos religiosos de matriz africana,  
191 receberam devolutiva da secretaria municipal de meio ambiente, com uma resposta parcial  
192 informações referente a legislações, sobre a de 65 (sessenta e cinco) decibéis para ritos religiosos de  
193 forma geral entre 19h a 22h, e que as atividades necessitam do licenciamento municipal. Menciona  
194 que não foram respondidos pontos importantes, sobre os dados de fiscalizações feitas  
195 especificamente nos espaços de religião de matriz africana e se os agentes estão cientes do

196 protocolo a ser seguido nessas ocasiões. **Encaminhamento:** retorno de ofício solicitando a  
197 complementação das informações não respondidas, tais como pontos dois, seis e sete. Bem como  
198 possível sobreposições de leis, pois, a lei que fala sobre 65 (sessenta e cinco) decibéis desconsidera  
199 a previsão do estatuto da igualdade racial por exemplo, e as medidas específicas de proteção as  
200 práticas de PCT's, em especial as religiões de matriz africana praticadas em Curitiba. Segundo  
201 protocolo: 23.391.311-1 - Ofício 12/2025, solicitando indicação de pessoal para participar do grupo  
202 de trabalho do IAT já discutido anteriormente, a comissão indicou o Misael para participar do  
203 grupo. Terceiro protocolo: 21.453.792-3 sobre Consulta as comunidades tradicionais na área de  
204 influência direta da pavimentação da PR 405 em Guaraqueçaba. **Encaminhamento:** repasse da  
205 demanda para os conselheiros da região: Marcelino, Cláudio e Jean. **Comissão de Saúde e**  
206 **Infraestrutura – Rosane Freitas/SESA:** inicia o relato a partir do Ofício 81/2025/FUNASA  
207 relacionado a um projeto de tratamento de água para consumo humano, o conselho havia solicitado  
208 informações sobre o andamento do projeto pois era um protocolo antigo. Responderam que são  
209 feitas parcerias diretamente com municípios que manifestem interesse. Sugestão de  
210 encaminhamento seria listar as comunidades que não possuem tratamento e depois mandar ofício  
211 para FUNASA solicitando as orientações sobre o salta z para os municípios para o município  
212 manifestar interesse. **Felipe/SEMIPI:** diz que não existe o mapeamento. **Rosane Freitas/SESA:**  
213 diz que pode ser melhor só encaminhar para os municípios manifestarem interesse.  
214 **Encaminhamento:** enviar ofício circular aos municípios para que examinem a possibilidade e  
215 necessidade de aderir ao salta Z nas comunidades tradicionais existentes em cada um e chamar o  
216 superintendente do Salta Z na próxima reunião para fazer uma explanação do projeto. **Misael/Ilhéus:**  
217 pergunta se não seria o caso de chamar a equipe da FUNASA para explicar como funciona para  
218 aderir, assim o conselho teria mais propriedade para falar com os municípios a respeito.  
219 **Ivânia/SEMIPI:** diz sobre a necessidade de capacitação para que os municípios tomem ciência  
220 sobre a presença e necessidades dos PCT's no município. **Rosemary/Quilombolas:** solicita  
221 destacar quais são os povos e comunidades tradicionais no ofício, pois os municípios fazem vista  
222 grossa. **Rosane Freitas/SESA:** prossegue como relato da comissão, protocolo 23.796.093-9  
223 COPEL – projeto de energia para pescadores artesanais e ilhéus, com sinalização positiva para  
224 reunião sobre a partir de julho, solicitam nomes e pautas detalhadas. **Encaminhamento:** indicar  
225 Misael e Cláudio, assim como pauta de cada para reunião. Próximo protocolo, 23.735.721-3  
226 instalação de energia em Pacotuva até Medeiros de solicitação de reunião via e-mail para COPEL.  
227 **Encaminhamento:** reforçar a necessidade de resposta para COPEL. Último Protocolo: 23.391.359-  
228 6, a respeito da duplicação da PR 407 encaminhado ao DER, só que o ofício do conselho era para o

229 IAT também e ele não respondeu. **Ana/MP:** solicita o encaminhamento do ofício ao MP.  
230 **Encaminhamento:** cobrar a resposta do IAT. Encaminhar o número do protocolo para o  
231 conselheiro do IAT e encaminhar a recomendação a concessionária a respeito do protocolo de  
232 consulta. **Josil/SEIL:** solicita que essas pautas sejam encaminhadas a secretaria de infraestrutura as  
233 pautas relativas a rodovia, ferrovia, porto ou questões correlatas para que seja feita a distribuição  
234 aos órgãos necessários. **Comissão Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural –**  
235 **Rosemary/Quilombolas:** começa a explanação com o protocolo 18.966.082-0 da SEED, o  
236 protocolo trata de três assuntos difusos, a questão do transportew na comunidade, conflito na  
237 comunidade e programas de renda para agricultores familiares. A secretaria informou que o  
238 transporte funciona normalmente nas comunidades de Gramadinho e Varzeão mas com dificuldade  
239 em dias de chuva. **Encaminhamentos:** solicitação de inclusão de mais um transporte do município  
240 e solicitação de manutenção e melhoria da estrada para SEIL. Prossegue sobre questões da ameaças  
241 por parte de madeireiros na mesma região de Gramadinho e Varzeão: a Polícia Militar (PM) disse  
242 que não tem como atuar por ser questões internas da comunidade. **Encaminhamento:** Responder a  
243 PM informando que sim, eles podem entrar na comunidade, indicando as legislações, relatando a  
244 situação e solicitando o encaminhamento do processo a Polícia Federal.  
245 Sobre a agricultura familiar. **Encaminhamento:** encaminhar o protocolo a secretaria responsável  
246 (IDR) – SEAB. **Silvana/Povos de Terreiro:** prossegue com o relato, protocolo 23.735.542-3 de  
247 resposta a solicitação para atendimento a alunos faxinalenses levando em consideração suas  
248 especificidades. A SEED informou que esses estudantes pertencem a parte de educação do campo e,  
249 conforme as diretrizes curriculares nacionais da educação básica, não há previsão de especificidades  
250 para faxinalenses. Ainda sinalizaram que os alunos devem se adaptar a realidade da escola e não o  
251 contrário. **Encaminhamento:** solicitar a criação de um grupo de trabalho com os faxinalenses, DP e  
252 MP, de levantamento das demandas e especificidades da comunidade e depois ajustar com a SEED.  
253 **Laysmara/Povos de Terreiro:** sugere a criação de um GT geral de PCT. **Felipe/SEMIPI:** discorda  
254 e diz que se ampliar não vai dar andamento na pauta. No caso teria que separar, um GT para  
255 faxinalenses e outro para PCT's. **Laysmara/Povos de Terreiro:** concorda e sugere então que  
256 iniciem com esse GT e depois podem dar prosseguimentos para outros com os demais segmentos.  
257 **Dimas/Faxinalenses:** concorda com a questão de um GT específico de faxinalenses, relata ainda  
258 que no modelo atual de educação há um apagamento das comunidades faxinalenses nas escolas,  
259 informa que a Marilei está mais na pauta da educação e solicita o encaminhamento do ofício para  
260 ela.  
261 Pausa para almoço com retorno às 13h40.

262 **Pauta 8 – Curso sobre direitos coletivos – Professor Roberto: Laysmara/Povos de Terreiro:**  
263 inicia com informe da reunião da sociedade civil foi feita uma apresentação a respeito. A pauta foi  
264 colocada no conselho para que se alinhe com os conselheiros e à SEMIPI se poderiam contemplar  
265 da dinâmica. O professor os informou sobre o conteúdo do curso a ser oferecido para os  
266 conselheiros e conselheiras da sociedade civil, sendo 160 (cento e sessenta) aulas ao longo de um  
267 ano, o tema central será no sentido trabalhar com a formação de operadores de direitos étnicos,  
268 reforça a importância de ter esse sentido operacional. A proposta é que seja uma aula virtual por  
269 semana e presencial quando houver reuniões, nesse sentido impacta a SEMIPI na questão de  
270 logística. Além disso, o grupo demandou que o curso seja estendido aos suplentes, então teriam que  
271 averiguar como cumprir com essa demanda, são trinta pessoas do CEPCT e poderiam disponibilizar  
272 mais dez vagas para os outros dois conselhos: CEPI e CONSEPIR, fechando uma turma com cerca  
273 de cinquenta membros. Encaminhamento: envio de ofício para SEMIPI informando sobre a  
274 dinâmica do curso e solicitando apoio logístico para que os conselheiros, suplentes e titulares,  
275 possam vir um dia antes às reuniões no período do curso e que sejam disponibilizadas mais vinte  
276 vagas para os outros dois conselhos da pasta. **Encaminhamento:** enviar ofício à SEMIPI para todos  
277 os conselheiros e suplência para que possam aproveitar o curso e consultar viabilidade orçamentária  
278 da SEMIPI, considerando que será necessário solicitar um dia a mais de viagem quando houver  
279 reunião e a vinda de todos os conselheiros, com abertura de vagas para outros conselhos. Com custo  
280 zero em relação a contratação do professor. Ainda, o segundo encaminhamento após o aceite da  
281 SEMIPI seria enviar ofício ao professor confirmando a viabilidade de execução do curso.  
282 **Misael/Ilhéus:** reafirma que o curso mostra importância pois podem se apoderar do conhecimento,  
283 evitando abusos de autoridades e desrespeito. Enquanto operadores do direito étnicos eles são  
284 melhores instruídos. **Pauta 9 – Proposta de legislação estadual para garantir a prática religiosa**  
285 **de Matriz Africana: Silvana/Povos de Terreiro:** explica que propôs em fevereiro a  
286 regulamentação de terreiros, hoje a pauta está mudando e avançando de outras maneiras. Propõe  
287 uma legislação estadual para garantir a prática de Povos de Terreiro no estado do Paraná, fez  
288 pensando na constituição federal e na questão do planejamento urbano. Cada prefeitura tem seu  
289 plano diretor e existe estatuto da cidade que vai regulamentar esse direito constitucional da prática  
290 religiosa, há previsão de participação da população no plano diretor municipal que é feito com base  
291 nisso, e os povos de terreiros não estão inclusos nesse plano diretor. Coloca quatro pontos  
292 essenciais: uma isenção de taxas municipais e com isso o reconhecimento como patrimônio cultural  
293 e espiritual; dois alvarás de funcionamento, com uma documentação que garanta o funcionamento;  
294 três a inclusão nos plano municipais de diretrizes específicas para garantia desses espaços de culto;

295 quatro uma participação comunitária para construção disso, com um protocolo de consulta para  
296 entender as especificidades e demandas da comunidade. E a partir daí fazer uma articulação de  
297 órgãos públicos. Em suma, a proposta é um projeto de lei. **Laysmara/Povos de Terreiro:** pontua  
298 que já foi ponto de pauta e tem crescido cada vez mais a estruturação da proposta. Na reunião da  
299 sociedade civil, surgiu a possibilidade de articular uma frente parlamentar de PCT's.  
300 **Laysmara/Presidente:** Frisa a importância de ter um encaminhamento voltado a abrir esse espaço.  
301 **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:** propõe já colocar a proposta de legislação na pauta  
302 do ofício para comissão de igualdade racial, pois assim eles já podem ter uma noção das demandas.  
303 **Josil/SEIL:** alerta que podem fornecer uma assessoria jurídica para construção da minuta.  
304 **Encaminhamento:** mandar um ofício à Comissão de Igualdade Racial e Direitos Humanos da  
305 ALEP para que seja criada uma frente parlamentar de PCT's, já citando a necessidade da proposta  
306 de legislação e informando para que a demanda do projeto de Lei possa ser encaminhada na  
307 sequência. **Laura/Quilombolas:** fala sobre a necessidade de legislação para regulamentação dos  
308 territórios quilombolas. **Encaminhamento:** enviar um ofício à SUDIS reiterando a urgência da  
309 aprovação da regulamentação de doação de terras públicas para quilombolas. **Pauta -**  
310 **Apresentação do Programa Paraná Produtivo: Chayanne/SEPL:** se apresenta a saúde a  
311 plenária. Explica que trabalham com o banco mundial que possui uma salvaguarda mundial para  
312 oficializar as operações de crédito, com projetos ambientais sociais. Dentro do paraná eficiente o  
313 objetivo é trabalhar com inovação dentro de projetos no paraná. No planejamento há um  
314 componente de prestação de serviços de saúde, sistema de informação de gestão ambiental e de  
315 riscos e desastres. O Paraná eficiente tem que atender a legislação social e ambiental para conseguir  
316 realizar a operação de crédito. Trouxe a página da secretaria de planejamento com todas as  
317 informações, documentos e funcionamento do programa. A participação deles tem o propósito de  
318 saber como trabalhar melhor com as comunidades quilombolas nas ações do paraná produtivo.  
319 **Dani/SEPL:** explica que o paraná produtivo é feito para criar planos de desenvolvimento regional  
320 do paraná. Terão oficinas nas 15 (quinze) regiões do estado, o objetivo é convidar os PCT's para  
321 que eles possam participar. O programa surgiu em 2021 (dois mil e vinte e um) com a ideia de se  
322 atentar aos municípios com índices críticos de desigualdades sociais, na primeira fase foram  
323 selecionadas 8 (oito) regiões e feito diagnósticos da condição econômica e de indicadores sociais. A  
324 fase dois é a construção dos planos através das oficinas, as informações estão no site  
325 [www.paranaproductivo.pr.gov.br](http://www.paranaproductivo.pr.gov.br). Posteriormente as outras regiões do estado foram incluídas no  
326 projeto para elevar as outras regiões para o mesmo patamar econômico do restante. Fala sobre a  
327 importância do sistema de governança para que tenha participação social e garantir efetividade no

328 projeto. Explica encontros e organograma do projeto, assim como o comitê técnico  
329 interinstitucional que dá apoio aos projetos desenvolvidos na região. Agora estão fazendo a  
330 contratação de uma empresa mediadora para fazer as oficinas dos planos de desenvolvimento, as  
331 oficinas serão espaços de debates, não serão discutidas questões legais, mas potencialidades de  
332 atividades que geram renda no mercado interno e de pequenos produtores. Desse processo sairão 15  
333 (quinze) planos de desenvolvimento regional, também servirá para uma base de dados que guiam a  
334 ação do estado. Apresenta por fim o cronograma de trabalho, estão organizando uma plataforma de  
335 projetos e o site [www.paranaprodutivo.pr.gov.br](http://www.paranaprodutivo.pr.gov.br), mostra a aba de BI do site com os censos do  
336 município. **Edisson Pilatti:** fala da dificuldade de ter esses dados dentro das comunidade.  
337 **Dani/SEPL:** fala que pode ser uma das coisas levadas para o plano. **Misael/Ilhéus:** pergunta como  
338 podem se inserir como PCT. **Dani/SEPL:** fala que eles podem solicitar para ser inserido no grupo e  
339 começar a participar do ciclo. **Encaminhamento:** Conselheiros da sociedade civil reforçarem com  
340 as comunidades para que elas acionem o conselho para serem inseridas nesse processo de  
341 planejamento, Dani e Chayenne se comprometeram em divulgar as oficinas para que o conselho  
342 possa repassar às comunidades. **Dani/SEPL:** informa que na plataforma vai ter um espaço para  
343 colocar propostas que vão direto pro conselho regional e agradece o espaço. **Pauta 10 –**  
344 **Apresentação do projeto da cooperativa de Energias Renováveis para PCT. Edson**  
345 **Pilatti/IBCN:** se apresenta e saúda a plenária. É do instituto brasileiro de ciências náuticas  
346 sustentáveis e saudáveis, é uma OSC que tem construído um plano de transição energética para  
347 PCT, no momento é nas margens da ITAIPU, mas tem a intenção, expressada pelo ministro Paulo  
348 Teixeira, de ser nacional. Dentre dez ministérios, quatro formam um grupo operacional, a Claudia  
349 Lepim, diretoria de PCT's do Ministério de Meio Ambiente, mais o Ministério da Pesca com a  
350 Secretaria de Pesca Artesanal, Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Desenvolvimento  
351 Agrário e Agricultura Familiar. Mês passado aprovaram o plano de transição energética, até agora  
352 identificaram vinte e três comunidades ao longo da barragem, também terão cinco terreiros. Duas  
353 aldeias (Ocoy e Avá), dois quilombos, sete núcleos de ilhéus e doze colônias de pescadores  
354 artesanais. Dialogaram a ação com a ITAIPU binacional, vão ter vinte e três ou vinte e quatro  
355 plenárias para iniciar o processo, como um primeiro contato, não será ainda o processo de consulta  
356 da 169º da OIT. Essas comunidades são as atingidas pela barragem e eles estão em contato com a  
357 rede puxirão a bastante tempo, estavam através da UNILA e agora estão com a FURG. Fala sobre a  
358 estratégia de municípios resilientes da FURG, serão feitos seminários em Guaíra de 25 a 2 de  
359 setembro, tem cinco dessas comunidades lá, inclusive a Avá-Guarani que ainda não conseguiram  
360 chegar lá, conversaram com vários órgãos e entidades, mas ainda não chegaram na comunidade. A

361 ideia é trabalhar com produção de energia solar fotovoltaica, a ideia é que sejam flutuantes no lago  
362 da ITAIPU. Sendo uma Parceria Público Comunitária com Povos e Comunidades Tradicionais, de  
363 maneira que continue funcionando em prol da comunidade independente das flutuações políticas. O  
364 recurso vai vir de editais a fundo perdido, entra nas leis de inovação de ciência e tecnologia, com  
365 uma metodologia inovadora com a gerência dos PCT's, tendo a manutenção por parte da  
366 comunidade e a ITAIPU com a receita. A transição energética no Brasil já nasce privada e o  
367 controle do público não existe, é pelo impacto. Querem agora uma produção de futuro e a  
368 reparação, com o ODS 10 sobre redução as desigualdades sociais, tendo um retorno direto às  
369 comunidades. Esperam apresentar a demanda na COP, já com o resultado do seminário, levando a  
370 pauta da reparação causada pelo impacto da ITAIPU nas comunidades, querem que a ITAIPU faça a  
371 capitalização dessa Parceria Público Comunitária, que já tem em vários países e no Brasil é ínfimo.

372 **Misael/Ilhéus:** fala que esse projeto piloto vai contemplar as comunidades afetadas pela barragem,  
373 além de beneficiar outros PCT's nos municípios próximos, futuramente a ideia é chegar para outras  
374 comunidades. Fala das dificuldades que as comunidades enfrentam pela falta de iluminação, não  
375 podendo congelar seus produtos. **Laysmara/Povos de Terreiro:** cita que fez contato com o Paulo  
376 Porto que hoje está na ITAIPU e acompanha a 30 anos as comunidades ali no entorno e fala sobre a  
377 importância da atuação dele. Se colocou a disposição para fazer acompanhamentos junto com o  
378 Misael. **Pauta 11: poço artesiano ou semi-artesanal:** **Misael/Ilhéus:** relata a dificuldade de acesso  
379 à água nas comunidades por conta das flutuações do mar. **Gustavo Mussi/CCivil:** fala que essa  
380 solicitação apareceu bastante no formulário e pode ser incluída no plano. **Misael/Ilhéus:** informa  
381 que são cerca de 150 (cento e cinquenta) famílias na comunidade, e diminuindo a lâmina de água  
382 diminui os micro-organismos que limpa a água, uma parte da comunidade está sem acesso à água  
383 limpa. **Laysmara/Presidente:** defende que seja feito encaminhamento independente de ser incluso  
384 no plano para que já tenha um prosseguimento enquanto não é efetivada a questão.

385 **Encaminhamento:** ofício ao IAT pedindo para perfurar os poços semi artesianos dos ilhéus do rio  
386 paraná, em Guaíra, Alto Paraíso, Ícaraima, Querência do Norte, Porto Rico e São Pedro. **Pauta 12 -**  
387 **apoio CEPCT ao 5º encontro nacional de agroecologia:** **Cláudio/Pescadores Artesanais:**  
388 solicita ajuda financeira para integrantes da rede puxirão estarem presentes no encontro nacional de  
389 agroecologia. **Misael/Ilhéus:** cita que o Didi foi indicado para ser o representante da rede puxirão e  
390 eles não tem recurso para bancar a ida dele como representante da rede puxirão, a ideia é solicitar  
391 financiamento da viagem dele. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** fala que por ele não  
392 ser do conselho pode ser mais difícil. **Misael/Ilhéus:** avisa que pode ser o Marcelino que é do  
393 conselho. **Encaminhamento:** solicitar à SEMIPI financiamento para o conselheiro Marcelino

394 participar das reuniões da comissão organizadora do 5º encontro nacional de agroecologia, verificar  
395 datas com a comissão organizadora para solicitação de viagens. **Pauta - recomendação a visitaç**  
396 **de religiosos de qualquer credo em unidades de saúde de Cascavel: Laysmara/Povos de**  
397 **Terreiro:** relata que tiveram uma situação em Cascavel de um filho de santo que sofreu um acidente  
398 de carro e estava na UTI e o pai de santo foi visitá-lo e fazer uma reza. Foi exigido dele uma  
399 carteirinha que comprovasse seu sacerdócio, e se o sacerdote da igreja católica chega com suas  
400 vestes não será exigida. **Laura/Quilombolas:** fala que na verdade há essa exigência, a própria  
401 igreja dá uma carteirinha para os sacerdotes. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que vale  
402 mencionar que são povos tradicionais e não tem as instituições das igrejas tradicionais, e um  
403 sacerdote chegar com suas vestes e com a autorização da família ser impedido de entrar pelo  
404 hospital não pode seguir os mesmos parâmetros. Solicita uma recomendação, pedido de  
405 esclarecimento, se a secretaria tem conhecimento desse procedimento, pode citar o caso de  
406 cascavel, pois a carteirinha não faz sentido na lógica organizacional dos povos de terreiro.  
407 **Rosana/SESA:** sugere uma ouvidoria a nível local, para verificar se há uma normativa sobre isso.  
408 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que mesmo um hospital particular tem que seguir as políticas da  
409 secretaria municipal, é importante solicitar uma normativa para isso. **Encaminhamento:** ofício à  
410 SESA para verificar a situação e produzir uma orientação, assim como dizer qual é a normativa a  
411 respeito disso e comunicar o hospital de cascavel com um pedido de esclarecimento sobre o  
412 ocorrido. **Pauta - alteração de titularidade ciganos e faxinalenses: Laysmara/Povos de**  
413 **Terreiro:** ontem pediu a secretária executiva para fazer um levantamento das vacâncias dos  
414 representantes. Há duas vagas de comunidades tradicionais negras, um representante de  
415 faxinalenses e um de ciganos que estão ausentes desde a posse, a proposta é inverter os titulares  
416 com os suplentes. Fala que nesse momento é importante fazer esse procedimento enquanto esse  
417 regimento ainda não está pronto. **Misael/Ilhéus:** propõe notificar o segmento para indicarem nova  
418 cadeira. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** explica que como foi um processo  
419 conferencial teria que abrir um edital de chamamento de entrar. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala  
420 que por hora que podem manter dessa maneira, inverter e quando sair o regimento podem fazer a  
421 supressão dos ausentes e abrir um edital. **Dimas/Faxinalenses:** fala sobre a problemática da  
422 participação do Gilmar, solicita que gostariam de conversar com o segmento antes. **Gustavo**  
423 **Mussi/Ccivil:** sugere suspender os faltosos até a aprovação do novo regimento e as próximas  
424 convocações tem prioridade por suplente. **Encaminhamento:** suspensão dos titulares faltantes e  
425 convocação das próximas reuniões direto aos suplentes (ciganos e faxinalenses). **Pauta - edital**  
426 **comunidades negras tradicionais: Laysmara/Povos de Terreiro:** apresenta a situação da cadeira

427 de titular e suplente das comunidades tradicionais negras que sequer tomaram posse e depois  
428 abriram mão da vaga formalmente, como foi processo de conferência precisam ver o que pode ser  
429 feito. **Felipe/SEMIPI:** apresenta um histórico, fala que foi muito difícil encontrar essas  
430 comunidades, pois o INCRA tem dificuldade de mapear e algumas são móveis. Tiveram que ir a  
431 campo, estavam e acreditam que ainda estão muito desassistidos em termos de assistência técnica e  
432 jurídica, tem dentro desse território uma empresa de extração de cimento que invade o território da  
433 comunidade. Na conferência se sentiram muito acuados frente a alguns desses coletivos, chegaram  
434 a tomar o microfone da mão de uma dessas mulheres e estavam trabalhando na prefeitura em  
435 período de estágio probatório então foi difícil liberar, entende que elas saíram do conselho  
436 justamente por essa experiência da conferência. Diz que terão um trabalho muito grande para  
437 acessar as comunidades, apresentar o sistema de governança para eles, o que conselho faz etc e  
438 afirma a necessidade de tudo isso estar claro no edital e da consulta da comunidade para fazer essa  
439 construção. **Laura/Quilombola:** apresenta o áudio de uma das pessoas que foram eleitas para as  
440 cadeiras e explica que não foram colocadas os prós e contras na conferência, pois não é financiado a  
441 gasolina e ela não teria como vir por outros motivos. **Secretária Executiva/Hayanne**  
442 **Iovanovitchi:** propõe fazer uma comissão temporária para confeccionar o regimento e o Felipe  
443 participar, assim como já iniciar o contato com as comunidades para fazer os devidos  
444 procedimentos. **Encaminhamento:** comissão temporária para confecção do edital de vagas para  
445 comunidades tradicionais negras. Comissão: Lays, Felipe, Laura, Mussi. **Laysmara/Povos de**  
446 **Terreiro:** afirma que precisam de representações que sejam aguerridas, que não estejam aqui só de  
447 corpo presente e estejam dispostas a fazer o trabalho. **Secretária Executiva/Hayanne**  
448 **Iovanovitchi:** fala sobre a central de viagens. Quando é enviado o formulário de solicitação, tem  
449 que preencher certinho, com atenção se não gera devolução e todos se irritam. Para as pessoas que  
450 precisam ir a outro município para pegar o ônibus para Curitiba precisa estar no formulário, assim  
451 como a quantidade de táxi que vão usar. Precisa constar para dar certinho e não complicar para  
452 ninguém, os valores que recebem não é o que conta é o que vocês sacam. Se faltar valor para uber  
453 eles devem manda todos os comprovantes e ela pedo uma complementar, se sobrar tem que  
454 devolver não tem jeito. Precisa mandar em até três dias os comprovantes se não o financeiro abre  
455 um protocolo e impede que o conselheiro vá para a próxima reunião. **Pauta - inclusão de PCT's**  
456 **nos conselhos regionais de igualdade racial. Laysmara/Povos de Terreiro:** relata que receberam  
457 uma resposta do CONSEPIR que não foi muito convincente. Pois fizeram um questionamento sobre  
458 a participação do CEPCT na conferência de igualdade racial, pois não possuem conselhos  
459 municipais e tem uma dificuldade de conseguir espaço nos conselhos de igualdade racial. O

460 documento que veio como recomendação do Conselho Nacional de Igualdade Racial trás como  
461 ponto focal questões raciais, povos de terreiro, ciganos e quilombolas. Receberam como resposta do  
462 CONSEPIR acerca da solicitação de participação o calendário das conferências municipais e votos  
463 de compromisso com segmentos historicamente marginalizados, mas não foi respondido acerca das  
464 informações solicitadas para participação dos segmentos. Surgiu também a questão da conferência  
465 temática de povos de terreiro na Bahia, em que foi o ofício de convite para o CONSEPIR e não para  
466 o CEPCT, sendo que tem duas cadeiras para povos de terreiro no conselho, assim, cita que ela só foi  
467 informada pois viu do grupo de comunicação interna da Diretoria Executiva. Reforça que os  
468 conselhos da mesma pasta precisam se articular nesses contatos e no apoio para essas  
469 representações de povos de terreiro, quilombolas e ciganos. **Encaminhamento:** solicitar a inclusão  
470 desses três segmentos do CEPCT enquanto convidados na conferência de igualdade Racial  
471 Estadual. Solicitação ao CONSEPIR para reforçar a inclusão dos segmentos nos conselhos  
472 municipais de igualdade racial. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** explica a questão da  
473 dinâmica do étnico-racial, divide o que é comunidade tradicional e povos racializados.  
474 **Laysmara/Povos de Terreiro:** essa orientação é importante, pois quando chega uma carta do  
475 CONSEPIR, ela é valorizada pelos conselhos municipais e é uma forma de começar a estreitar essas  
476 relações e valida mais nossas comunicações. **Alóísio/SEDEF/CONSEPIR:** saúda a plenária, fala  
477 sobre o segundo ponto, a conferência nacional temática voltada para os povos de terreiro. Informa  
478 que é importante salientar que assim que chegou o documento do conselho nacional fizeram o  
479 contato com a SEMIPI para que ela fizesse o contato, apenas para deixar isso registrado. Com  
480 relação a formação dos conselhos municipais de igualdade racial a orientação que fazem é buscar as  
481 pessoas no município e sempre indicam flexibilizar, orientam que as representações das religiões de  
482 matriz africanas é importante para a composição dos conselhos municipais, já fazem essa indicação  
483 **Laysmara/Povos de Terreiro:** frisa a importância dos estreitamento de laços entre as  
484 representações de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e de igualdade racial.  
485 Ainda, sublinha a necessidade do entendimento de quando chegar esse tipo de solicitação  
486 encaminhar diretamente para o conselho pois eles tem essa independência. Fala também sobre as  
487 questões dos conselhos municipais que não é só de comunidades negras, mas também de ciganos.  
488 **Alóísio/SEDEF/CONSEPIR:** sobre a primeira observação, em função da estrutura de governança  
489 o convite vem ao CONSEPIR e eles enviam à SEMIPI, afirma ter sido o procedimento correto. Foi  
490 falado com a Neli, Márcia e a Ana. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitchi:** explica que a  
491 questão é que essa mensagem foi repassada devido a uma comunicação interna da SEMIPI, ela traz  
492 a questão de viabilizar uma comunicação formal direto de conselho para conselho.

493 **Aloísio/SEDEF/CONSEPIR:** se posiciona que isso é uma burocracia desnecessária. Sobre a  
494 questão da inclusão de outros segmentos é uma orientação que já está sendo feita. **Laysmara/Povos**  
495 **de Terreiro:** informa quais serão os encaminhamentos, no caso, farão esses processos de maneira  
496 formal, mesmo que burocrática. Mesmo nas conferências não estão inclusos, reforça que a  
497 comunicação boca a boca é uma coisa, agora a documentação é diferente, é um esforço de  
498 construção de política pública conjunta. **Aloísio/SEDEF/CONSEPIR:** fala que nada impede que o  
499 CEPCT faça essa reivindicação de conselhos municipais. **Laysmara/Povos de Terreiro:** confirma,  
500 mas com a igualdade racial já tem essa presença expressiva isso facilita essa demanda.  
501 **Encaminhamento:** enviar ofício ao CONSEPIR solicitando que convites ou demandas que  
502 envolvam outros conselhos sejam enviadas de conselho para conselho. Também solicitar ao  
503 CONSEPIR que envie aos conselhos municipais uma recomendação formal voltada a participação  
504 de PCT's neles, principalmente os que tem fatores étnico-raciais envolvidos povos de terreiro,  
505 ciganos e quilombolas. **Pauta - mapeamento dos povos ciganos: Nardi/Ciganos:** informar que  
506 solicitou a pauta pois sempre esbarram em questões burocráticas para que suas demandas sejam  
507 atendidas. Acredita na viabilidade de fazer esse levantamento pois tem muitos ciganos formados  
508 que podem participar. Já é uma demanda que foi levantada várias vezes e faz uma função de  
509 reparação. **Secretária Executiva/Hayanne IovanovitchI:** Sugere que encaminhem a solicitação de  
510 um projeto de mapeamento para a DIRPICT, já sugerindo que seja realizado uma parceria com  
511 outras instituições. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala sobre as diversas reuniões em que isso foi  
512 debatido, ainda sobre as decisões sendo tomadas sem a participação das comunidades. Pedes que a  
513 ata de fevereiro seja retomada, pois essa construção já foi feita nesse momento. Reafirma a  
514 necessidade da participação do conselho. **Misael/Ilhéus:** fala sobre o mapeamento da ITCG, e que  
515 podem começar solicitando esses mapeamentos e ir preenchendo as ausências. Sugere, solicitar  
516 esses mapeamentos para análise e trabalho do CEPCT. **Felipe/SEMIPI:** sugere pensar uma  
517 cartografia social saindo como produto do conselho. Assim as comunidades podem participar, ele  
518 não é definitivo, mas sai como produto do conselho. **Encaminhamento:** solicitar o mapeamento do  
519 ITCG e iniciar um trabalho no conselho para preencher com comunidades que os próprios  
520 conselheiros da sociedade civil conhecem. Em paralelo, enviar ofício à SEMIPI solicitando que seja  
521 realizado um projeto de mapeamento de povos e comunidades tradicionais no paraná em parceria  
522 com outras instituições e com participação ativa dos PCT's enquanto pesquisadores/bolsistas. **Pauta**  
523 **- explicações da prefeitura de cascavel a respeito lei 7764/25: Laysmara/Povos de Terreiro:**  
524 relata que a lei dispõe acerca do reconhecimento cruz e o crucifixo como objetos de arte sacra,  
525 reconhecendo sua relevância cultural e histórica para permitir sua colocação em órgãos e espaços de

526 repartição pública, ou seja, essa lei autoriza a colocação de cruzes e crucifixos em qualquer espaço  
527 público, inclusive escolas e UBS com a justificativa de artes sacras. Ainda consta na lei que objetos,  
528 estátuas ou símbolos religiosos de outras religiões serão permitidas apenas em espaços de uso  
529 pessoal do servidor desde que não interfira no espaço e nem caracterize proselitismo religioso.  
530 Afirma que é uma questão de fere o direito constitucional de estado laico. **Encaminhamento:**  
531 ofício a prefeitura e ao presidente da câmara municipal de cascavel solicitando explicação a  
532 apontando a legislação que indica a inconstitucionalidade do projeto. **Pauta - deliberação sobre as**  
533 **demandas do conselho: Laysmara/Povos de Terreiro:** fala sobre a problemática de respostas  
534 vazias dadas ao conselho e a plenária entra em acordo de não aceitar mais esses ofícios e acionar o  
535 MP ou outros órgãos a respeito. **Encaminhamento:** não aceitar mais respostas vazias, retornando  
536 as demandas que não correspondem ao que foi solicitado, e se necessário, acionar outros órgãos.  
537 **Pauta - CPLI projeto de IATES: Laysmara/Presidente:** fala sobre um projeto do governador  
538 para abrir uma super via para iates e jet-skis em território de PCT's e é um caso de CPLI, colocou  
539 em pauta para que sejam encaminhados aos órgãos responsáveis questionamentos a respeito.  
540 **Encaminhamento:** ofício a secretaria planejamento para consultar em que pé está a CPLI nesse  
541 caso. Reunião encerrada às dezessete horas e trinta minutos. Esta ata foi redigida por Ge Figueiredo,  
542 estagiária da Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, revisada e formatada  
543 pela Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais Hayanne  
544 Iovanovitchi.